

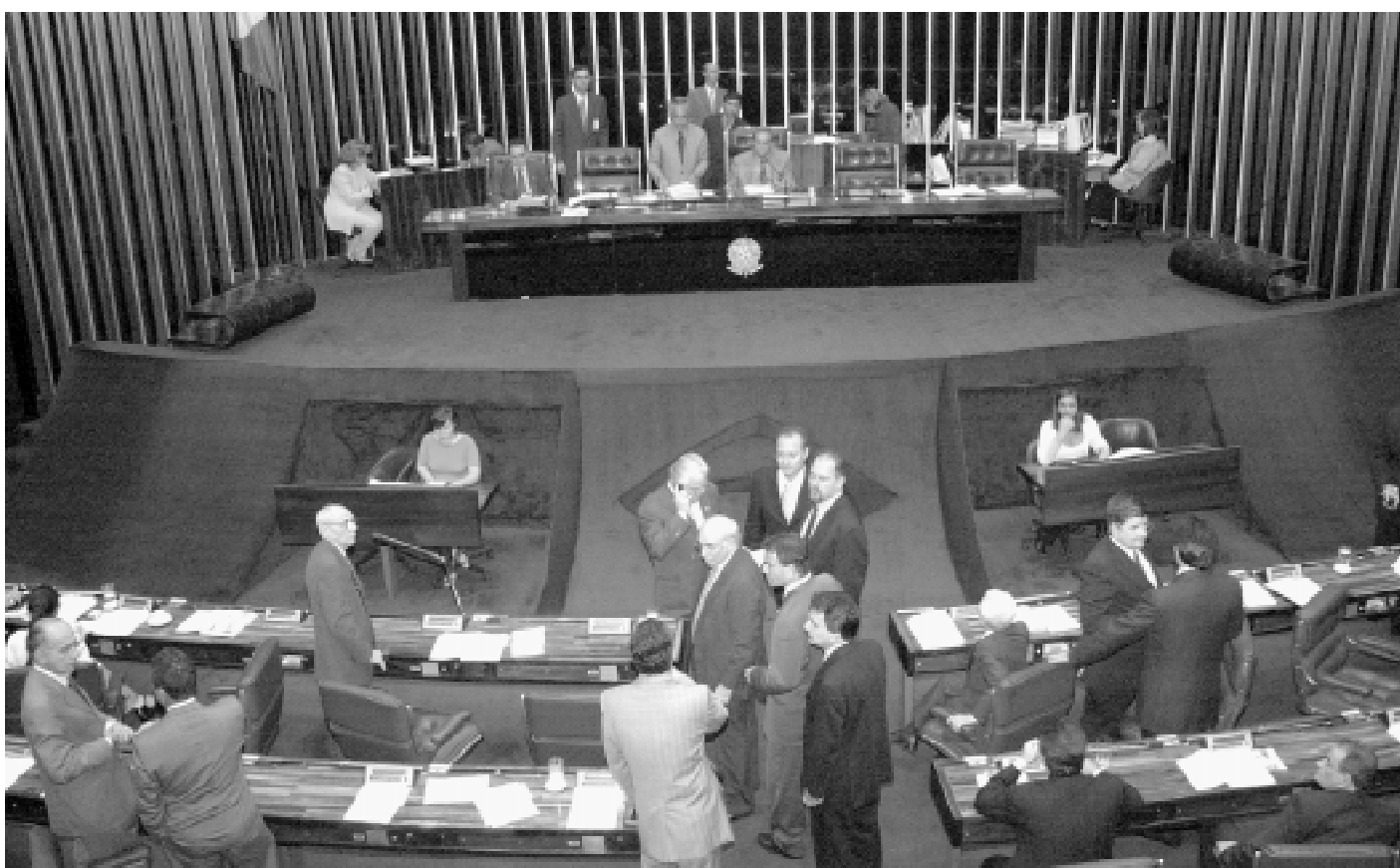
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.388 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2001

Destino de rejeitos radioativos é regulamentado pelo Senado

Proposta que vai à sanção presidencial é apontada pelo senador Romero Jucá como instrumento capaz de resolver o problema da falta de legislação aplicável ao setor, que teria contribuído para o acidente com o césio-137, em Goiânia



Tebet presidiu a sessão que aprovou várias propostas, como a que tem o objetivo de dotar o país de maior controle sobre o lixo radioativo

O destino final dos rejeitos radioativos produzidos no Brasil pode ser regulamentado. O Plenário aprovou ontem substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado, que agora vai à sanção presidencial. O senador Romero Jucá, cujo voto em separado na Comissão de Assuntos Sociais permitiu a continuidade do exame da proposta, afirmou que o Brasil não possui legislação sobre o assunto. Essa situação, segundo ele, talvez tenha contribuído para o acidente, em Goiânia, com o césio-137, que provocou inúmeras vítimas.

PÁGINA 3

Fundos de desenvolvimento podem tornar-se permanentes

PÁGINA 3



Matarazzo (E) teve a indicação aprovada por 18 votos a um

Comissão aprova Matarazzo para embaixador na Itália

Cabe agora ao Plenário decidir sobre indicação do secretário de Comunicação da Presidência da República, acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PÁGINA 8

Senado coloca em prática novas regras e acolhe medida provisória

A MP que destina R\$ 154 milhões para programas emergenciais de defesa civil foi aprovada ontem pelo Senado. A medida beneficia estados das regiões Norte e Nordeste, além de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Trata-se da primeira MP votada sob as novas regras que limitam sua edição.

PÁGINA 2



Comissão acolhe proposta de emenda constitucional que muda de oito para quatro o número mínimo de deputados federais por estado

Redução do número de deputados passa na CCJ

PÁGINA 5

Conselho de Ética vota hoje relatório sobre Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vota hoje, às 9h, relatório elaborado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre denúncias de envolvimento do senador Luiz Otávio (PPB-PA) no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), repassadas pelo Banco do Brasil, em 1992. Na época Luiz Otávio não era senador.

Em seu relatório, a senadora Heloísa Helena aponta para jurisprudência no Supremo Tribunal Federal e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que permite a abertura de processo em casos de crimes contra o sistema financeiro e de administração pública, mesmo se praticados antes do mandato parlamentar.

O relatório foi apresentado na semana passada, e teve pedido de vista apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é presidido pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e tem o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) como vice-presidente.

Laércio, pai de Jader, renuncia à suplência

Laércio Barbalho, pai e primeiro suplente do ex-senador Jader Barbalho, renunciou, por meio de carta lida ontem em Plenário, ao direito de ocupar a vaga pelo estado do Pará. Na carta em que declina de tomar posse, Laércio compara as circunstâncias que culminaram com a renúncia de Jader ao "arbitrio e à violência política" dos tempos do Ato Institucional nº 5, imposto pelo regime militar em 1968.

Com a renúncia, o segundo suplente, Fernando Ribeiro, pode assumir a vaga deixada por Jader Barbalho. A partir da publicação da renúncia no *Diário Oficial do Senado*, Fernando Ribeiro tem prazo de 30 dias para assumir o mandato de senador pelo Pará.

Senado aprova R\$ 154 milhões para combater calamidades

Primeira medida provisória votada sob as novas regras atende Norte, Nordeste, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais

O Senado aprovou ontem a medida provisória que destina R\$ 154 milhões para programas emergenciais de defesa civil nos estados das regiões Norte e Nordeste e em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Os recursos serão viabilizados pelo cancelamento de despesas com programas de renda mínima. O relator da medida provisória (MP), deputado Professor Luizinho (PT-SP) disse que, apesar disso, o programa Bolsa-Escola Federal não deverá ficar sem recursos.

— Há R\$ 1,7 bilhão no Orçamento da União para o Renda Mínima que, certamente, não será utilizado integralmente, já que a sua execução começou apenas em julho de 2001 — explicou o deputado, ressaltando preferir que os recursos não



José Fogaça: "Presidente da República não tinha outra forma de mandar recursos para regiões atingidas"

utilizados sejam aplicados no combate à seca e às enchentes em vez de garantir o superávit primário do governo.

Para o senador José Fogaça (PPS-RS), a utilização de medida provisória para atender a uma emergência como a seca no Nordeste ou as enchentes em estados do Centro-Sul representa o acerto da decisão do Congresso de não extinguir o instituto. Essa foi a primeira MP a tramitar no Congresso sob as novas regras que restringiram a sua edição.

— Esta votação é muito significativa, porque prova que não se devia extirpar esse instituto. O presidente da República não tinha outra forma de mandar recursos para as regiões atingidas. Esta medida provisória é inegavelmente urgente e incontestavelmente relevante — afirmou Fogaça, que foi o relator, no Senado, da proposta que limitou o uso das MPs.

Congresso discute normas para tramitação de MPs

Um mês depois de promulgada emenda constitucional restringindo o poder presidencial de editar medidas provisórias, o Congresso discutiu ontem projeto de resolução disciplinando a forma como as MPs tramitarão de agora em diante na Câmara e no Senado.

A emenda constitucional estabelece que as MPs tramitarão em Casas separadas, mas as Mesas do Senado e da Câmara resolveram elaborar um projeto comum, justificando que, como várias normas dessa tramitação são iguais, podem ser disciplinadas em conjunto.

O texto não foi votado porque o Regimento do Congresso estabelece que, havendo emendas, o projeto voltará às Mesas da Câmara e do Senado para sobre elas se pronunciarem em dez dias. Várias emendas foram apresentadas.

Durante a discussão no Congresso do projeto de resolução disci-



Segundo Amir Lando, governo usou MPs para usurpar competência do Congresso

plinando a forma como as medidas provisórias tramitarão a partir de agora, os senadores José Fogaça (PPS-RS) e Amir Lando (PMDB-RO) apresentaram pontos de vista diferentes a respeito do instituto da MP. Enquanto o senador pelo Rio Grande do Sul entende que as novas regras para a edição de MPs

são compatíveis com o interesse público nacional, seu colega representante de Rondônia disse que o governo usou as medidas provisórias para usurpar o que era competência exclusiva do Congresso: o poder de legislar.

Ao defender as novas normas para a edição de medidas provisórias, Fogaça citou o exemplo da situação da população do município gaúcho de São Miguel, atingida por enchentes. Para que os recursos sejam liberados a fim de atender aos desabrigados, explicou, é necessária a edição de MP.

Já segundo Amir Lando, as novas normas para edição de medidas provisórias não alteraram o texto anterior. Ele destacou que o artigo 62 da Constituição de 1988 já prevê a forma correta da edição das MPs. "Em nenhum lugar, poderíamos prever a possibilidade de sua reedição", afirmou.

Suplicy: não há transferência da "Gazeta"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Senado que não houve transferência do controle acionário do jornal *Gazeta Mercantil* para o empresário Nelson Tanure, como ele mencionou na semana passada. Disse que os jornalistas e a direção do jornal vêm fazendo esforços para um acordo, estando marcada reunião entre os dois lados, nesta sexta-feira, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo.

Suplicy recebeu ontem três dos principais diretores do jornal e o representante da empresa que fez uma proposta de reestruturação dos recursos humanos e gráficos da *Gazeta Mercantil*, os quais esclareceram as notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelo jornal. O senador espera que os jornalistas e a diretoria da empresa cheguem a bom entendimento.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

8h30 — Café da manhã com o ministro Ovídio de Angelis
10h — Recebe a senadora Emilia Fernandes acompanhada de representantes do Comando Nacional Unificado de Greve da Seguridade Social
10h30 — Recebe Fernando Perrone, presidente da Infraero
11h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
13h — Recebe Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República
13h30 — Almoço com os consultores do Senado

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Requerimento que solicita ao presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Humberto Guimarães Souto, realização de auditoria ou inspeção de natureza contábil, em contrato realizado entre a Petrobras e a Companhia Marítima; entre outros.

COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: discussão e votação do relatório da senadora Heloísa Helena sobre a Denúncia nº 1/00, contra o senador Luiz Otávio.

10h — CPI do Futebol
Pauta: exposição do presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Retirado de pauta projeto sobre inelegibilidade

O projeto que torna inelegíveis os candidatos que tenham as contas de campanhas rejeitadas pela Justiça Eleitoral foi retirado de pauta pelo autor, senador Moreira Mendes (PFL-RO).

A proposta deveria ter sido votada ontem pelo Plenário, mas o senador afirmou que preferia retirá-la para que pudesse elaborar um novo texto. Acordo entre os líderes partidários deverá permitir a tramitação do projeto de lei em regime de urgência.

Moreira Mendes chamou a atenção para a possibilidade de o projeto, que segundo ele "moraliza a prestação de contas junto à Justiça Eleitoral", ser derrubado.

— Hoje a prestação de contas pode ser feita de qualquer maneira, muitas vezes até com documentos falsos, que não há punição prevista. Tenho certeza de que o novo texto será aprovado — afirmou o senador.

Carteira de fiscal de tributo valerá como documento

Vai à sanção presidencial projeto aprovado ontem pelo Senado que atribui valor de documento de identidade à Carteira Fiscal de Tributos Estaduais. A carteira poderá ser emitida diretamente pela Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco) ou por intermédio de sindicato de fiscais de tributos estaduais a ela filiado, desde que haja autorização expressa e que seja respeitado o modelo próprio.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PDT-PR), a iniciativa é baseada na lei que tornou válida em todo território nacional, como prova de identidade, a carteira de jornalista emitida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj). Osmar também lembrou que a Secretaria da Receita Federal é autorizada a expedir carteira de identidade aos auditores fiscais, inclusive com permissão de porte de armas.

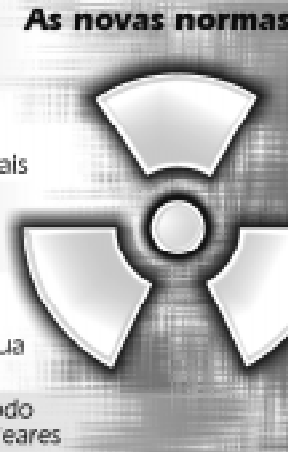
Norma para armazenagem de lixo radioativo vai à sanção presidencial

Caberá à Comissão Nacional de Energia Nuclear detalhar as regras, conforme projeto aprovado ontem pelo Senado. Pedro Simon criticou a proposta, por considerá-la desatualizada

O Plenário aprovou ontem substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que estabelece normas para o destino final dos rejeitos radioativos produzidos no Brasil. A matéria vai agora à sanção presidencial. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi voto vencido ao defender a prejudicialidade do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apresentou requerimento pedindo o adiamento da discussão, para que a matéria fosse encaminhada para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O requerimento foi rejeitado.

Ao propor o adiamento da discussão, Simon afirmou que o substitutivo atribui "superpoderes" à Comissão Nacional de Energia Nuclear. O órgão, segundo Simon, fica com as atribuições de "ditar livremente" as normas e critérios sobre depósitos de rejeitos radio-

- As novas normas**
- ❖ A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) fixará normas para depósitos de lixo radioativo
 - ❖ Fica proibido o armazenamento de rejeitos de qualquer natureza nas ilhas oceânicas e águas territoriais
 - ❖ A CNEN é a responsável por danos provocados por qualquer acidente com rejeitos radioativos
 - ❖ Tanto o transporte quanto a guarda de lixo nuclear podem ser terceirizados pela CNEN, mantida sua responsabilidade sobre a atividade
 - ❖ A CNEN arcará com os custos de todo processo de guarda de rejeitos nucleares



ativos. "Recebe um cheque em branco, o que é inaceitável e temerário em se tratando de uma questão tão importante."

Simon acrescentou que, em virtude da demora da tramitação no Congresso, a proposta se tornou desatualizada em virtude de novas normas internacionais. É o caso, disse, da Convenção Inter-

nacional de Segurança Nuclear, assinada em Viena, em 1994, que traz a determinação de que deve haver "efetiva separação entre as funções do órgão regulatório e do órgão relacionado para a promoção e utilização da energia nuclear".

Ao encaminhar contra o adiamento da votação, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou



Romero Jucá defendeu a aprovação das normas, uma vez que o Brasil não tem legislação sobre o tema

que o Brasil não possui uma legislação sobre o assunto. Essa situação, disse, talvez tenha contribuído para o acidente, em Goiânia, com o cézio-137. Jucá acrescentou que não aprovar a matéria "seria deixar por mais tempo ainda o país sem poder exercer um maior controle sobre os rejeitos radioativos".

Simon cobra definição sobre o Código do Contribuinte

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou uma definição sobre acordo para que o projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte somente seja votado após o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, serem ouvidos na Comissão de Assuntos Econômicos. O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), informou que já enviou requerimento solicitando o adiamento da votação da matéria em Plenário (que deveria ocorrer no dia 31) para que os dois ministros possam vir ao Senado no dia 13 ou 27 de novembro.

— Quero reiterar a vinda do ministro e do secretário da Receita. Houve apenas uma pequena alteração na data. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) me informou que tem uma viagem internacional agendada para os próximos dias e solicitou que houvesse um adiamento da votação. De qualquer forma, conforme foi acordado, a matéria só será votada após a vinda de Malan e de Everardo Maciel — afirmou Távola.

Também participando do debate, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) informou que ficou preocupado com matéria publicada no jornal *A Notícia*, de Santa Catarina, segundo a qual Bornhausen teria dito que aguardaria "o atropelo do final do ano" para aprovar o projeto.



Simon lembrou acordo que prevê audiência com Malan e Everardo

Requião: proposta elimina abusos e protege a cidadania

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou apoio ao Código de Defesa do Contribuinte, em discussão no Senado, ao ler análise sobre a proposta elaborada pelo advogado e consultor jurídico Heron Arzua, ex-secretário de Fazenda do Paraná durante seu governo. O projeto, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), "elimina abusos do fisco e protege a cidadania", disse Requião.

Na análise da proposta, o ex-secretário afirma que o código busca conter os abusos de que são vítimas os contribuintes "e as pessoas que não gozam da intimidade dos donos do poder". Diz ainda que o projeto tem o propósito de "robustecer a cidadania fiscal, fazendo com que, em assunto de cobrança e fiscalização de impostos, o Brasil se profile junto às nações democráticas do mundo civilizado".

Heron Arzua sustenta que o projeto torna transparentes as relações entre o fisco e o contribuinte, obrigando o poder público a tratar o cidadão com honestidade e lealdade, assegurando direitos constantes da Constituição. Ele destaca o artigo que obriga a administração a informar, periodicamente, a carga tributária incidente sobre as mercadorias e serviços. O advogado aplaude a criação dos deveres do fisco para com os contribuintes, entre eles a proibição de divulgar lista de empresas devedoras de impostos e a retenção de livros fiscais de empresas.



Roberto Requião quer a aprovação do Código do Contribuinte

Fundos podem tornar-se permanentes

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, instituídos por medida provisória em maio deste ano, e com validade inicialmente prevista de 12 anos, poderão ter caráter permanente. Proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que constitucionaliza os fundos foi aprovada ontem pelo Plenário.

A intenção de Valadares é tornar mais estável a existência desses mecanismos de investimentos nas duas regiões. Atualmente, a sua regulamentação é feita por meio de medida provisória. Com a aprovação da emenda, os fundos deixam de ter caráter temporário e ficam com os recursos garantidos por tempo indeterminado.



Valadares: verbas para Fundos da Amazônia e Nordeste

Comissão vai decidir sobre transporte de paciente do SUS

A proposta, discutida ontem pela CAS, deve ser votada na próxima semana em caráter terminativo. O relator é favorável ao projeto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutiu ontem projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer transporte, alimentação e estada a pacientes que, devido à carência de serviços de saúde no local de seu domicílio, requeiram remoção para localidades com centros de saúde mais avançados. A matéria, que recebeu parecer favorável do relator, Geraldo Althoff (PFL-SC), e o apoio de vários senadores, deverá ser votada na próxima semana em caráter terminativo – o que significa que seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja analisada pelo Plenário.

De acordo com o projeto, havendo a necessidade de acompanhante, em especial quando se tratar de crianças, pessoas paráliticas ou portadoras de deficiências mentais, o SUS também deverá fornecer a elas os mesmos benefícios do paciente. Para Marina, o



Senadores da CAS ressaltaram o alcance social do projeto, apresentado por Marina Silva (na foto menor)



projeto, se aprovado, vai beneficiar pessoas que residem em estados de grande extensão territorial, onde os pacientes têm dificuldades de atendimento médico.

Geraldo Althoff, no parecer, observou que a proposta pretende garantir direitos já estabelecidos na Constituição e na Lei Orgânica da Saúde. O senador concorda que o projeto vai beneficiar quem

reside em regiões longínquas, como o Norte do país, e que, muitas vezes, não tem condições financeiras de se locomover em busca de atendimento médico.

Tião Viana (PT-AC), Geraldo Cândido (PT-RJ), Lindberg Cury (PFL-DF), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Waldeck Ornélas (PFL-BA) destacaram o alcance social do projeto.

Audiência pública debate acesso a recursos genéticos

As iniciativas do Congresso Nacional e do Poder Executivo que tratam da regulamentação do acesso a recursos genéticos no país serão debatidas, em audiência pública, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Autoridades

e especialistas devem participar da audiência, marcada para o dia 21 de novembro, às 17h.

O requerimento para realização do debate, aprovado ontem por unanimidade pela comissão, foi apresentado pela senadora Mari-

na Silva (PT-AC). Ela entende que o Senado deve aprofundar os debates em torno da matéria e analisar os instrumentos legais vigentes sobre recursos genéticos, os quais, a seu ver, têm gerado inúmeras críticas.

Wilson critica programa para economizar energia no Nordeste

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) criticou ontem a euforia com que o governo celebrou a economia, no Nordeste, de 24,5% no consumo de energia elétrica, verificada segunda-feira, dia 22.

– A criatividade do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso atinge níveis cada vez mais surpreendentes – ironizou.

Conforme Carlos Wilson, para conseguir essa economia, o ministro Pedro Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, “fez cumprir um feriado extemporâneo, que paralisou toda a atividade econômica” da região.

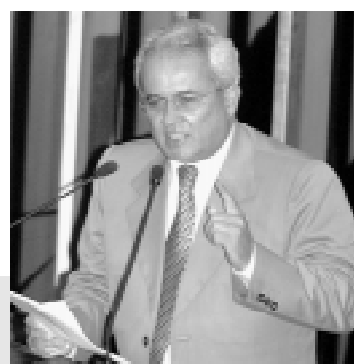
– Compeliu todos para as praias, em uma segunda-feira, quan-

do, em todo o país, o expediente era normal – disse o senador.

Carlos Wilson também afirmou que os governadores, a quem “caberia zelar pela economia de seus estados”, preferiram ficar em silêncio.

– Com honrosas exceções, poucos tiveram coragem ou convicção para denunciar mais essa violência contra o Nordeste – afirmou.

Ele alertou os senadores para o fato de “o feriado representar um atentado à economia regional, além de provocar o aumento do desemprego”. Disse também que, “se não fosse tão imperial, tão prepotente, o governo teria a humildade de ouvir os setores produtivos da região”.



Carlos Wilson: os feriados decretados na região são “um atentado à economia” nordestina

Na opinião do senador Carlos Wilson, o governo poderia, se ouvisse a sociedade, encontrar “uma solução menos traumática que o feriado”, adotando alternativas como a redução da jornada de trabalho e o escalonamento das atividades industrial e comercial.

CCJ aprova projeto que facilita contrato de trabalhador rural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que flexibiliza as relações trabalhistas no meio rural. O objetivo da proposta é inibir o trabalho informal. O projeto teve parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou quatro emendas.

A flexibilização proposta abrange, especialmente, a jornada de trabalho, além de admitir várias formas de pagamento. As diversas possibilidades de contratação previstas pretendem substituir o trabalho informal, atualmente majoritário no meio rural brasileiro.

A jornada normal de trabalho rural não poderá exceder as oito horas diárias ou 44 horas semanais, prevendo-se a admissão de horas extras em até duas horas por dia. O texto detalha períodos de férias, de descanso diário e semanal, e limita o trabalho de menores.

Nas alterações que fez no projeto, Pedro Simon excluiu o mecanismo que permitia ao empregador que tivesse apenas um único empregado conceder so-



Autor da proposta, Osmar Dias quer desestimular o trabalho infantil

mente dez dias de férias por ano. Também procurou garantir direitos básicos como descanso semanal remunerado, 13º salário, férias acrescidas de um terço, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salário-família e aviso prévio.

Osmar Dias argumenta que, com a aprovação do projeto, será possível aumentar a produtividade nas propriedades rurais, sem que os encargos sociais tornem-se mais pesados. A medida também propiciará, avalia, melhoria na qualidade de vida do trabalhador, retendo o homem no campo. O projeto, argumenta, contém mecanismos que vão harmonizar o relacionamento entre capital e trabalho, fazendo com que trabalhadores e empregadores sejam parceiros nos empreendimentos, “o que contribuirá para elevar a produção agrícola nacional”.

Tebet recebe ruralistas e agrônomos do Incra

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem comissão de deputados da bancada ruralista, acompanhados de representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Os visitantes solicitaram intercessão de Tebet junto ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para convencer o governo a aceitar as reivindicações a respeito das dívidas do setor.

Os ruralistas não aceitam a transformação das dívidas do crédito rural em dívida fiscal ativa.

AGRÔNOMOS

Também ontem Ramez Tebet recebeu uma comissão da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que pediu o apoio do presidente do Senado nas gestões junto à Casa Civil da Presidência da República visando à equiparação salarial do grupo com seus cole-

gas do Ministério da Agricultura.

De acordo com Jorge Furtado, secretário-executivo da entidade, medida provisória enquadrada os agrônomos do Ministério da Agricultura na categoria de Fiscal Federal Agropecuário, deixando de fora os profissionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, foi informado de que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, já enviou exposição de motivos ao Palácio do Planalto pedindo que o benefício da medida provisória seja garantido também aos agrônomos do Incra.

Até a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) teve a oportunidade de manifestar-se a favor do pleito, em carta enviada ao ministro Jungmann.

Agora, a entidade dos agrônomos está pedindo o apoio de lideranças políticas para reforçar o pleito junto ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente.



Medida proposta por Mozarildo Cavalcanti já é prevista em Constituições de alguns estados

Princípio da razoabilidade tem parecer favorável

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável à emenda que introduz na Constituição o princípio da razoabilidade na administração pública. De iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a proposição inclui a razoabilidade entre as diretrizes a serem seguidas pelos administradores públicos em todos os níveis, ao lado da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O parecer aprovado na reunião de ontem, elaborado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), ainda será votado em Plenário. Nele, o relator cita a obra *Curso de Direito Administrativo*, de Celso Bandeira de Mello, para quem este princípio estabelece que “a Administração, ao atuar no exercício de discricionariedade, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida”.

Jefferson Péres lembra que o princípio da razoabilidade chegou a constar do terceiro substitutivo apresentado pelo relator da Assembleia Nacional Constituinte, o então deputado Bernardo Cabral, que hoje preside, pela segunda vez, a CCJ. A diretriz, porém, acabou sendo retirada no texto final, sob o argumento de que já se encontrava implícita no texto constitucional. O relator informou que o princípio já integra as Constituições de São Paulo, Minas Gerais e Sergipe, assim como a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para Mozarildo Cavalcanti, a medida servirá de instrumento poderoso “na garantia dos direitos fundamentais contra possíveis e eventuais arbítrios ou excessos perpetrados pelo administrador público”.

Os estados do Acre, Amapá, Tocantins, Roraima, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, poderão ter o número de deputados federais reduzido a partir das eleições de 2006. Isso é o que estabelece substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Álvaro Dias (PDT-PR) aprovado hoje por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta modifica o art. 45 da Constituição, reduzindo o atual número mínimo de representantes por estado e pelo DF de oito para quatro deputados, respeitada a proporcionalidade da população. Segundo Álvaro Dias, a medida poderá corrigir distorções atuais, em que os estados têm representação parlamentar superior à que deveriam ter em função de suas populações.

Essa redução, se aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, não ocorrerá de uma só vez, mas de forma gradual, à razão de um representante de cada unidade federada por legislatura, devendo estar concluída no quarto pleito a contar do que se seguir à promulgação da PEC. Tal condição ficará, de acordo com a proposta, definida em artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— Essa PEC tem a intenção de tornar mais justa a relação entre o tamanho da população das unidades da Federação e o número de membros da Câmara dos Deputados. Ela demonstra uma preocupação com



Matéria acolhida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será submetida ainda a dois turnos de votação no Plenário. Se aprovada, proposta de Álvaro Dias irá à deliberação da Câmara dos Deputados



os gastos públicos, em especial os do Poder Legislativo, mas também, o aperfeiçoamento da democracia representativa indireta, mediante a melhoria da relação quantitativa entre representados e representantes — enfatiza Bernardo Cabral.

O relator também observa que as distorções, verificadas atualmente nos estados citados acima, são decorrentes, em sua maioria, da Constituição de 1988, que criou três estados e equiparou politicamente o Distrito Federal aos demais estados.

A proposta ainda será submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado. Se aprovada, irá ao exame da Câmara.

Acolhida mudança na identificação numérica de candidato

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram ontem por 13 votos a 6 projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que altera a legislação eleitoral estabelecendo que o candidato a presidente da República, governador, senador ou prefeito poderá concorrer não apenas com o número do partido pelo qual foi registrado mas também, se houver, com todos os números dos partidos que participem de coligação com seu partido.

A medida, segundo explica o autor, procura estender, para as

eleições majoritárias, o que já é adotado nas eleições proporcionais, em que o voto em qualquer dos partidos da coligação é computado para a respectiva chapa.

A proposta, relatada favoravelmente pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), gerou polêmica na comissão, pois para alguns senadores, entre eles Roberto Requião (PMDB-PR) e Ademir Andrade (PSB-PA), a mudança poderia causar confusão ao eleitor, que iria deparar-se com vários números na urna eletrônica ao ter que fazer a escolha de seu candidato.

— Considero que a intenção do se-

nador Ornélas é boa, mas irá complicar a vida do eleitor — observou Requião.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e José Fogaça (PPS-RS), no entanto, apoiaram a iniciativa, argumentando que os partidos menores serão beneficiados, pois os votos computados para os demais partidos da coligação, e não apenas o que encaixa a chapa, serão contados.

— A lei atual é que confunde o eleitor e dificulta a realização das campanhas eleitorais à medida que pode obrigar os partidos políticos a solicitar ao cidadão que vote em um número para presidente da República,

em outro para governador, em um terceiro para a primeira vaga de senador, em um quarto para a segunda vaga de senador e, ainda, em um quinto para os cargos proporcionais — explicou Waldeck Ornélas.

“CORREIO DO POVO”

A CCJ aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com parecer favorável do senador José Fogaça, solicitando a inscrição nos Anais do Senado de um voto de homenagem ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, pela passagem dos 106 anos de sua fundação, transcorrido no dia 1º deste mês.

Emenda reduz número de deputados de 513 para 489

Se for aprovada nas duas Casas e promulgada a proposta de emenda à Constituição que reduz de oito para quatro o número mínimo de deputados federais por estado, a Câmara dos Deputados passaria a ter 489 membros, 24 a menos dos 513 atuais. Esse número vale levando-se em conta os contingentes populacionais de hoje. Abaixo, alguns estados que teriam reduzido o número de representantes na Câmara:

Estado	Número de deputados hoje	Número de deputados previsto
Acre	8	4
Roraima	8	4
Amapá	8	4
Tocantins	8	4
Sergipe	8	5
Distrito Federal	8	6
Mato Grosso do Sul	8	6
Mato Grosso	8	7

As mudanças, no entanto, só ocorreriam ao longo de quatro legislaturas, já que haveria a redução de apenas um deputado por eleição. Seriam necessários 16 anos para se completar a mudança, que, conforme a PEC, seria iniciada nas eleições de 2006 e concluída em 2022.

CPI prende acusado de fornecer notas fiscais falsas

Funcionário da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal entrou em contradição e não soube explicar conversa com o ladrão de cargas Cléverson Pereira da Cruz, registrada em escuta telefônica com autorização judicial

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investiga o roubo de cargas no país ordenou a prisão, ontem, do funcionário da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, Sebastião Brum Filho. Ele é acusado por Cléverson



Sebastião Brum Filho (E) é ouvido pelos parlamentares da CPI do Roubo de Cargas

Pereira da Cruz, ladrão de cargas que está colaborando com a CPI nos trabalhos de investigação, de fornecer notas fiscais falsas para facilitar o trânsito de mercadorias roubadas nas estradas.

Sebastião Brum Filho entrou em contradição várias vezes durante o depoimento e não soube explicar conversa entre ele e Cléverson, obtida mediante gravação de escuta telefônica, com autorização judicial. Na gravação, Cléverson pede a Sebastião uma nota fiscal para levar uma carga roubada de Minas Gerais até Goiás. Em outra conversa telefônica, Sebastião afirma que já havia conseguido a nota. Segundo Cléverson, cada nota era vendida por Sebastião pelo preço médio de R\$ 3 mil.

A CPI ouviu também a advogada Imaculada Conceição Pereira Oliveira, contratada por Cléverson para defendê-lo. De acordo com o ladrão de cargas, Imaculada apresentou-se como contratada pelo empresário e deputado distrital José Tatico, acusado de comprar cargas roubadas para o seu supermercado. Ainda segundo Cléverson, a advogada afirmou que já tinha recebido R\$ 15 mil de Tatico e que receberia outros R\$ 15 mil de um intermediador conhecido como Raul. A comissão decidiu pedir a quebra de sigilo bancário de Imaculada.

Sávio Barbosa Vilar, preso que dividia a cela com Cléverson no Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PMDF, revelou ter testemunhado Imaculada fazer tais afirmações. A advogada garantiu que sequer conhece pessoalmente o deputado Tatico. Sávio acrescentou que Imaculada havia afirmado ser amiga pessoal do comandante do Bope, tenente-coronel Antonio José de Oliveira Cerqueira, e teria dito que esse conhecimento poderia ser útil a Cléverson na prisão. A advogada negou ter feito tal afirmação e que tenha relações de amizade com o coronel. A CPI decidiu convocar Cerqueira para esclarecer a declaração de Sávio.

Arquivado requerimento do caso Eduardo Jorge

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem, por unanimidade, o arquivamento do requerimento da Subcomissão Permanente do Judiciário que convidava 15 pessoas para prestarem esclarecimentos sobre as relações de diversas empresas com o setor público, em razão de suas supostas ligações empresariais com Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República.

O relator da matéria e presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que, após mais de um ano de investigação, nem a subcomissão nem o Ministério Público Federal encontraram quaisquer evidências do envolvimento de Eduardo Jorge nas supostas ligações empresariais com o setor público. Ele disse que o parecer já estava pronto há cerca de um mês e meio.

Suassuna explicou que todos os extratos bancários de Eduardo Jorge foram analisados, bem



Suassuna não encontrou elementos para investigação

como suas declarações de Imposto de Renda e de outros documentos, além de ter sido quebrado seu sigilo telefônico, não tendo sido constatadas provas que justificassem a convocação de 15 pessoas pela Subcomissão Permanente do Judiciário.

— Em face do exposto, concluímos que não há elementos ou fatos que justifiquem o prosseguimento dessa investigação — conclui Suassuna em seu parecer.

Ney Suassuna, que foi nomeado para o cargo de ministro da Integração Nacional, despediu-se dos demais integrantes da comissão agradecendo a colaboração para que fossem votados 300 processos neste ano.

Alencar reverencia memória do professor Nanssen Araújo

A memória do industrial, médico e homem de letras mineiro Nanssen Araújo foi homenageada ontem pelo senador José Alencar (PL-MG). Ele afirmou que Nanssen Araújo, que estaria completando agora cem anos, foi personagem importante no cenário cultural e na história do desenvolvimento econômico e social do estado.

Natural de Rochedo, Nanssen Araújo foi professor da UFMG, na cadeira de Fisiologia Humana, e clinicou nas cidades de Rio Casca e Ponte



Alencar: homenageado destacou-se no cenário cultural

Nova, tendo sido membro atuante das Academias Mineiras de Medicina e de Letras, lembrou o senador.

Nanssen Araújo, destacou o senador, firmou presença na atividade industrial como pioneiro no setor dos instrumentos científicos de precisão.

Volta a Plenário emenda que combate o trabalho escravo

A proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que destina à reforma agrária as terras onde ficar constatada a exploração de trabalho escravo volta hoje ao Plenário do Senado, para início de discussão em segundo turno. A emenda, que foi aprovada por unanimidade no primeiro turno, prevê a desapropriação da terra que utilize mão-de-obra escrava, sem direito a qualquer indenização ao proprietário.

O Plenário aprecia também o requerimento de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) solicitando que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de auditoria sobre o contrato entre a Petrobras e a Companhia Marítima, empresa responsável pela construção da plataforma P-36. A plataforma, que era a maior



Proposta de Ademir Andrade já foi aprovada em primeiro turno

do mundo, afundou na Baía de Campos (RJ), matando 11 trabalhadores.

Serão votados ainda na sessão de hoje projetos de decreto legislativo autorizando exploração de rádios comunitárias pelas seguintes entidades: Associação Comunitária Novos Tempos, de Antônio João (MS), Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, de Seabra (BA), Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense, de Miguelópolis (SP), e Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário (ES).

Mauro lamenta contrastes no padrão de vida em Goiânia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou os 68 anos de Goiânia, manifestando o seu orgulho por representar um estado que tem aquela cidade como capital. Ele destacou a qualidade de vida dos moradores de Goiânia, acima da média registrada em outras capitais, reconhecendo que o problema da cidade reside na diferença do padrão de vida que se verifica entre os moradores da periferia e os que residem nas áreas nobres.

Mauro Miranda lamentou que nas ruas arborizadas do centro se observa uma realidade muito distante da que ocorre na periferia pobre. De acordo com o senador, Goiânia está entre as três capitais onde mais se comercializa carros importados no país, mas dados como esse contrastam com o fato de a capital ter várias avenidas que servem de local de trabalho para mais de dez mil camelôs.

O senador defendeu o combate à especulação imobiliária na capi-



Mauro: Goiânia está entre as três capitais que mais vendem carro importado

tal de Goiás, lembrando que 123 mil lotes permanecem vazios, à espera de lucros com a venda futura, enquanto a maior parte da população humilde da cidade se vê obrigada a morar em locais cada vez mais distantes do centro.

Fundada pelo governador Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia tem cerca de um milhão de habitantes e figura hoje entre as capitais que mais crescem no Brasil, segundo Mauro Miranda. Localizada próxima à capital do país, Goiânia tem inúmeros atrativos que fazem com que a cidade receba anualmente milhares de turistas, informou o senador.

Congresso aprova crédito para o Ministério do Planejamento

O Congresso aprovou ontem projeto abrindo ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de R\$ 8,3 milhões, em favor do Ministério do Planejamento, para reforço de dotação. Conforme a exposição de motivos do governo, esse crédito destina-se ao atendimento de despesas relativas à divulgação de ações de governo, notadamente as vinculadas às políticas públicas contempladas no Plano Plurianual de 2000/2003.

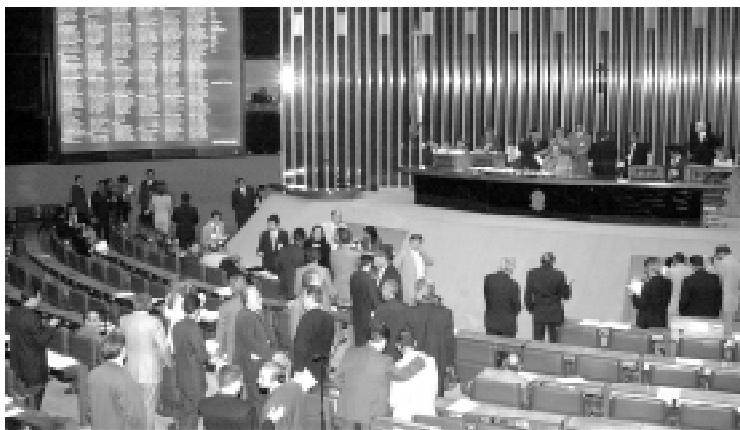
Para viabilizar a abertura desse crédito, o governo indicou como fonte de recursos a anulação parcial de dotação consignada em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia. A votação da matéria foi antecedida de reclamações da oposição, como a do deputado José Genoíno, que disse que o dinheiro se destinará a propaganda do governo.

A matéria recebeu parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que disse não haver encontrado razão para rejeitá-la, visto atender aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

Em regime de urgência, o Congresso também aprovou projeto abrindo ao Orçamento Fiscal da União crédito especial de R\$ 2,8 milhões, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em sua exposição de motivos, o governo disse que o dinheiro virá do cancelamento parcial de dotações orçamentárias.

Insurgindo-se contra a aprovação, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) disse que a matéria trazia um vício de origem porque, como não haverá superávit primário do exercício anterior para gerar esses recursos, eles virão mesmo é de cortes que serão feitos em algum outro programa.

Na mesma sessão, o Congresso aprovou projeto de decreto legislativo autorizando a execução de contratos relativos a dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União para obras de dragagem no Porto de Vitória, no Espírito Santo. A matéria agora vai à promulgação.



Além de créditos, Congresso aprovou autorização para que sejam executados contratos relativos a dragagem no Porto de Vitória

Maldaner pede liberação de recursos para os estados

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou sua preocupação de que o governo não disponibilize, no próximo ano, os recursos referentes às emendas que estão sendo apresentadas pelas bancadas dos estados para o Orçamento da União para 2002. Em pronunciamento durante a sessão do Congresso de ontem, acrescentou que seria uma frustração muito grande para a população saber que foi incluída verba para determinada obra, mas que o dinheiro não foi liberado pelo governo.

Casildo Maldaner comentou que durante toda esta semana os

congressistas têm recebido a visita de prefeitos e representantes de entidades de municípios do país inteiro.

— Está havendo uma verdadeira peregrinação nacional, devido à expectativa que as emendas individuais e coletivas estão gerando — afirmou.

Para o senador, o governo não pode frustrar vários brasileiros, que estão contando com a liberação desses recursos para a realização de obras em suas cidades. Ele informou ainda que muitas das emendas apresentadas ao Orçamento de 2001 ainda não tiveram seus recursos liberados.

Comissão propõe verbas para incentivo ao esporte

Entre as cinco emendas aprovadas pela CE ao Orçamento da União, R\$ 260 milhões destinam-se a construir 2.500 núcleos esportivos



Ricardo Santos (E) ajuda a descerrar o retrato de Freitas Neto na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação

Paulo Freire, o educador, é homenageado com palestra

O educador Paulo Freire foi homenageado postumamente ontem pela Comissão de Educação, com uma palestra proferida pelo professor Balduino Antônio Andreola, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A iniciativa faz parte dos eventos programados pela CE, conforme requerimento da senadora Emília Fernandes (PT-RS), em homenagem aos professores, cuja data se comemorou no último dia 15.

Balduino destacou que o compromisso do autor da *Pedagogia do Oprimido* com a educação se caracteriza por um rompimento com a “concepção mecanicista, autoritária e alienante”, que Freire denomina “educação bancária”, à qual contrapõe a perspectiva do diálogo.

Trata-se, disse Balduino, de uma mudança radical, pois o diálogo é visto por Freire como uma exigência do ser humano. De acordo com o professor, o processo ensino/aprendizagem não pode ser concebido como transmissão ou transferência de conhecimentos, sendo o professor o sujeito, enquanto o aluno é reduzido à condição de objeto, de receptáculo.

Emília Fernandes ressaltou que, ao analisar a obra de Paulo Freire e destacar seus aspectos mais inovadores, o professor Balduino a

torna acessível para as novas gerações. A senadora ressaltou a importância da obra de Paulo Freire em um país com 17 milhões de analfabetos e 30 milhões de iletrados funcionais, que sabem ler e escrever mas não fazem uso dessas aptidões, e lamentou que a obra do educador seja muito mais conhecida no exterior.

FREITAS NETO

Na cerimônia de descerramento do retrato do senador Freitas Neto (PSDB-PI) na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação (CE), seu atual presidente, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), afirmou que o homenageado, durante o biênio 1999/2000, destacou-se por haver imprimido “um novo dinamismo à CE, que se tornou a comissão mais atuante”.

Freitas admitiu que, durante sua presidência, a CE “bateu recorde em apreciação de proposições”. Retribuiu, no entanto, a homenagem, ao afirmar que o número de proposições apreciadas pela comissão este ano já ultrapassou o recorde anterior.

Freitas Neto parabenizou Emília Fernandes por ter iniciado, em 1998, o ciclo de homenagens aos professores. Marina Silva (PT-AC) e Geraldo Cândido (PT-RJ) se solidarizaram com Freitas Neto e apoiaram a homenagem ao educador.

A Comissão de Educação (CE) decidiu encaminhar ao Orçamento da União para 2002 uma emenda destinando ao Ministério do Esporte e Turismo uma verba adicional de R\$ 260 milhões. Os recursos serão utilizados na construção e funcionamento de 2.500 núcleos esportivos no país. Os senadores argumentam que o esporte é fundamental para manter crianças e adolescentes nas escolas.

Presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), a comissão aprovou cinco emendas, que totalizam gastos de R\$ 690 milhões. A segunda delas procura aumentar o número de vagas e melhorar as instalações da rede

de centros federais de educação tecnológica, entre eles as escolas técnicas e agrotécnicas federais espalhadas pelo país. Essas escolas contariam com mais R\$ 202 milhões no ano que vem, caso o relator-geral do Orçamento concorde integralmente com a emenda.

A terceira emenda destina ao Ministério da Educação uma verba de R\$ 46,1 milhões, a ser usada no pagamento de refeições, alojamento e assistência médico-odontológica de universitários carentes. Cerca de 16 mil estudantes seriam beneficiados com a proposta.

A quarta emenda sugere a aplicação de R\$ 82,3 milhões em programas de extensão das 52 instituições federais de ensino superior. Entre eles estão programas de assistência social em comunidades carentes, saúde infantil preventiva e incubadoras de empresas tecnológicas. Os membros da CE ponderam que o Ministério da Educação não está destinando no ano que vem qualquer verba para os programas de extensão das suas universidades, omissão que a emenda pretende reparar.

A última sugestão da CE ao relator do Orçamento beneficia o Ministério da Cultura, direcionando R\$ 100 milhões à construção, reforma e compra de equipamentos para as oficinas de capacitação artística e cultural. Os recursos deverão ainda financiar bolsas de estudo e trabalho de estudantes.

Matarazzo pode ser embaixador na Itália

Caberá ao Plenário decisão final sobre mensagem do presidente da República, acolhida ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Matarazzo comprometeu-se a entregar seu passaporte italiano à embaixada em Brasília

Por 18 votos a um, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, em reunião secreta, a indicação de Andrea Matarazzo, secretário de Comunicação da Presidência da República, para exercer o cargo de embaixador na Itália.

Matarazzo, que possui dupla nacionalidade (brasileira e italiana), informou, ao final da reunião, que havia se comprometido com os membros da comissão a entregar o seu passaporte à embaixada italiana em Brasília, e que só o resgataria quando concluísse a missão em Roma, no final do governo Fernando Henrique.

Antes de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional votar a indicação, o senador José Sarney (PMDB-AP) solicitou que a sessão fosse aberta até o momento em que Andrea Matarazzo iniciasse a exposição. Sarney ponderou que o seu pedido não feria a Constituição nem o Regimento Interno. O pedido foi deferido pelo presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Com a decisão, o senador Ber-



A pedido de Sarney (segundo à direita), reunião foi aberta até a exposição de Matarazzo (esquerda na foto menor)



nardo Cabral (PFL-AM), que havia pedido vista do processo, leu um questionamento preliminar, no qual concluiu que Andrea Matarazzo, por ter dupla nacionalidade, não poderia exercer o cargo de embaixador.

— O indicado deve dirigir-se, agora, a esta comissão, declarando, expressamente, que está encaminhando expediente à embaixada da Itália abdicando da cidadania adquirida por descendência — afirmou Bernardo Cabral, observando que superada essa questão constitucional, a indicação de Matarazzo poderia ser votada. Caso contrário, observou, caberia ao Plenário do Senado decidir a indicação.

A partir desse momento a sessão foi transformada em secreta.

DEDICAÇÃO ABSOLUTA

Bernardo Cabral baseou sua questão em declarações prestadas por Andrea Matarazzo ao jornal *O Globo*, no dia 16, nas quais garantia que, caso fosse indicado embaixador, entregaria o seu passaporte italiano logo que assumisse o posto no exterior. Para o senador, no entanto, a simples entrega do passaporte não preenche requisitos constitucionais, razão pela qual pediu a Matarazzo que abdicasse da cidadania italiana.

— A representação do Brasil no exterior exige do titular dessa função absoluta dedicação à causa brasileira, e que esteja a salvo de qualquer conflito, até pessoal, sobre os interesses e causas que deva proteger e patrocinar no exterior — afirmou Cabral.

Prefeitos apelam a Tebet em favor das guardas municipais

Representantes do Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo, que congrega os 39 municípios da região metropolitana da capital, fizeram ontem apelo ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para que a Casa vote rapidamente, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que fortalece as guardas municipais, atualmente em conflito de competência com as polícias militares dos estados.

Tebet manifestou-se solidário com a preocupação dos prefeitos em acabar com os conflitos de competência entre as guardas

municipais e as polícias militares, bem como em aumentar a segurança dos cidadãos das grandes cidades brasileiras. O senador lembrou, inclusive, que votou a favor da emenda quando de sua primeira análise pelo Plenário.

Delegação de representantes do Ministério Público, reunindo integrantes da Confederação Nacional de Membros do Ministério Público e do Conselho Federal de Procuradores de Justiça, também se encontrou ontem com o presidente do Senado. Os promotores e procuradores foram levar a Tebet “o apoio e a solidariedade da categoria, bem como preocupações com alguns projetos em tramitação”.



Delegação paulista pediu ao presidente do Senado rapidez na votação em segundo turno da PEC que fortalece guardas mantidas pelos municípios



Kléber Leite confirma contas do Flamengo no exterior

A suspeita da CPI do Futebol sobre a existência de contas bancárias do Flamengo no exterior foi confirmada ontem pelo ex-presidente do clube Kléber Leite. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), afirmou que o ex-dirigente disse ter conhecimento de conta em Nova York, mas negou a existência de movimentação bancária em paraísos fiscais.

— Além disso, ele garantiu que, até 1998, quando deixou a presidência do clube, não houve favorecimento de dirigentes com os recursos — disse o parlamentar.

De acordo com o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o depoimento de Kléber — que, parcialmente, foi feito a portas fechadas — reafirmou a necessidade do comparecimento à CPI do atual presidente, Edmundo



Presidida por Álvaro Dias (C), e tendo como relator Geraldo Althoff (E), a CPI do Futebol ouviu o ex-presidente do Flamengo

Santos Silva. O dirigente não atendeu ainda a convocações dos senadores, alegando problemas de saúde.

O depoimento de Edmundo, segundo o presidente da CPI, está marcado para o dia 30 de outubro. Ele deverá prestar esclarecimentos sobre as operações feitas com as contas em Nova York e nas Ilhas Cayman, assim como fornecer detalhes sobre o seu en-

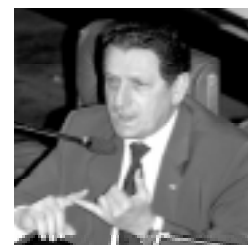
cerramento. Althoff também espera que Edmundo Santos Silva explique os gastos efetuados a título de serviços de terceiros, que chegaram a R\$ 37 milhões em um período de dois anos.

Hoje, a CPI ouve o presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah. Boa parte do depoimento dele deverá girar em torno dos cheques que recebeu da federação, totalizando R\$ 179 mil.

Mozarildo: parecer conclui que índio não pode fechar estrada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) leu em Plenário parecer do consultor legislativo do Senado Fernando Luís Santos que conclui ser ilegal o fechamento de qualquer rodovia federal pelo Exército ou por tribos indígenas. O senador havia feito a consulta porque os índios Waimiri-Atroari vêm fechando a rodovia BR-174, em Roraima. Antes, durante a fase de asfaltamento da estrada, ela era fechada à noite pelo Sexto Batalhão de Engenharia e Construção do Exército.

Mozarildo questionou a Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a atitude dos silvícolas e recebeu como resposta do presidente da instituição, Glênio da Costa Alvarez, a informação de que o Exército havia repassado tal “responsabilidade” aos Waimiri-Atroari, quando terminou



Segundo Mozarildo, os Waimiri-Atroari vêm ocupando rodovia em Roraima

seus trabalhos. O senador pediu que a Presidência da Casa encaminhe ao Ministério do Exército o parecer do consultor do Senado.

No documento, o consultor Fernando Santos diz que, se o Batalhão de Engenharia repassou aos índios a faculdade de impedir o tráfego na BR-174, “cometeu ato de manifesta ilegalidade”.

O consultor afirma desconhecer a existência de norma legal que permita aos índios o fechamento do trecho da rodovia que corta suas terras.